

Pareceria absurdo pretendêrmos discutir política econômica quando um governo novo, tanto executivo quanto legislativo, irá traçar rumos novos ao país. Mas nós, classes produtoras, que não temos atividade política no sentido da conquista, ocupação e direção dos cargos públicos, mas sim de colaboração com eles, temos de viver, a cada momento, a dificuldade que se oferece.

Pois bem, neste momento, que se nos antepara?

Temos em circulação "grosso modo" trinta bilhões de cruzeiros. Parece verdadeiro litiádia, quando se lembra que em 1945 tínhamos apenas dezesseis bilhões e em 30 teríamos quatro. Mas no tempo de S. Magestade Pedro II o meio circulante era de duzentos mil contos de réis.

Pois bem, meus Senhores, em 1889 tínhamos de fato, duzentos mil contos de réis em circulação no Brasil e eu acabo de fazer a continha no canto de um envelope: duzentos mil contos de réis que, divididos pelos talvez oito milhões de brasileiros de então, correspondiam escassamente a trzentos mil réis por pessoa. Hoje temos trinta bilhões de cruzeiros para serem divididos por cinquenta milhões de brasileiros, o que dá o dôbro do que tínhamos em 1889, isto é, em média, seiscentos cruzeiros por pessoa, expressão do pauperismo nacional.

E não podemos esquecer que êsses seiscentos cruzeiros, de que hoje dispomos, valem a nona parte do que valiam em 1889, quando, ao câmbio de 27, a libra tinha valor efetivo, nas nossas transações internacionais, de oito mil réis. Hoje desafio quem a obtenha de fato por menos de setenta e dois cruzeiros, não a libra-ouro mas papel!

Ora, meus Senhores, com êste termo real dos valores que possuímos para pagar ao nosso trabalhador, o rendimento dos nossos capitais para solver nossos compromissos e sustentar a nós próprios, não podemos raciocinar como se estivessemos paralizados em 1889. Temos de raciocinar diante do Brasil, e do Brasil, em relação aos países consumidores. Considerar os termos de comércio, das nossas relações exteriores, nas bases atuais, oportunamente, com o "oportunismo" dos homens que vêm a realidade do momento, sem sonhos nem preconceitos, visando o bem estar coletivo e a grandeza da Pátria.

E' por isso que a Sociedade Rural Brasileira se bate aqui ou fóra daqui no sentido de um tratamento adequado aos produtores, para que lhes seja pago um preço que não seja o resgate de uma escravidão, mas preço de um trabalho honrado, pesado e, sobretudo, caríssimo.

Deixando um pouco estas considerações — e peço perdão por me estar estendendo — passarei à exposição do nosso nobre colega — Alceu Martins Parreira, meu prezado amigo.

A Associação Comercial de Santos vive sempre conosco, na mais absoluta intimidade. E não seria demais contar que eu mesmo já fui comerciante em Santos, título de que me orgulho muito, santista que sou. E o meu amigo Alceu é nosso sócio, o que mostra que há união e entrosamento constante entre nossas entidades, para solução dos problemas comuns.

O problema de Paranaguá nos afflige e toca diretamente. Seria um pecado nos queixarmos de Paranaguá, que não tem culpa do que ocorre. O que acontece exatamente é que nós falhámos agora, porque estamos desorganizados. Em Santos, somos duzentas ou duzentas e cinquenta firmas que oferecem café. Em Paranaguá são quarenta. Mas somos, também, nos armazens gerais, alguns milhares de fazendeiros que oferecem café. Enfim, constituímos uma multidão de vendedores brasileiros de café. Temos diante de nós seis ou oito compradores internacionais que se entendem às mil maravilhas quando aparecem nos nossos portos e fazem o jogo dos mercados. E fazem muito bem, defendem-se como podem e devem. E só abrir os tratados americanos de economia e ver-se-á que um dos sistemas mais complexos da economia americana — que há quem diga imperialista, mas que é capitalista — se resume em comprar onde se oferecem condições melhores, mais barato, em praças mais cômodas. Esta a função do comércio e eles estão certíssimos. Cabe-nos, a nós, agir da mesma fórmula.

O mal é que, com a extinção do D.N.C., pelos males que nos causava, criamos mal maior, abandonando os processos clássicos. Não se compreende que a economia cafeeira possa subsistir organizada sem que os responsáveis por essa economia, aqueles que sofrem as consequências, participem da sua direção. O mal está na extinção dos convênios dos Estados cafeeiros, indispensáveis para que as atividades sejam concorrentes e não dispersas. Os Conselhos Consultivos são necessários para que aqueles que trabalham de fato com a realidade da produção rural lhes levem seus conselhos, seus anseios e exponham suas dificuldades.

Precisamos restabelecer êsses dois elementos, seja junto à D.E.C. ou a outro organismo e teremos então meios de organizar as nossas campanhas, que não serão defensivas, mas de verdadeira sobrevivência nacional.

A verdade é que vivemos numa luta, quer nacional quer internacional, e estamos abertos em nossas frentes.

Resolvido êste aspecto, surgiria então a solução: em primeiro lugar, garantia de preços. Mas, como garantia de preços? Não estamos mais na situação de 30, quando estoques imensos de café ameaçavam

Anderson, Clayton & Cia. Ltda.

CAFÉ

RUA DO COMÉRCIO, 93
SANTOS

Fones: 2-4123 e 2-4704
Telegramas: "ANDERCLAY"